

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-556-3

DOI 10.22533/at.ed.563201711

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

REALIDADE AUMENTADA EM BIBLIOTECAS : DISCUSSÃO DA SUA INCORPORAÇÃO EM BIBLIOTECAS

David Vernon Vieira

DOI 10.22533/at.ed.5632017111

CAPÍTULO 2..... 7

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA ENTRE A RACIONALIZAÇÃO E O PATRIMONIALISMO

Renato Somberg Pfeffer

DOI 10.22533/at.ed.5632017112

CAPÍTULO 3..... 19

PERFIL DE PREMATURIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Daniel Rocha Ramos

Luara Ramos Rodrigues

Paula Campos Perim

Antônio Chambô Filho

Janine Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5632017113

CAPÍTULO 4..... 29

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA NOS DESLOCAMENTOS A PÉ: AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E AUTONOMIA DO PASSEIO PÚBLICO EM QUATRO CIDADES PAULISTAS

Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi

Camila Moreno de Camargo

Maria Karoline Souza Garcia

Ana Paula Sylvestre Roldão

Priscila Kauana Barelli Forcel

DOI 10.22533/at.ed.5632017114

CAPÍTULO 5..... 45

INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

Daiana de Medeiros Brandão

DOI 10.22533/at.ed.5632017115

CAPÍTULO 6..... 59

“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO- FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO...

Ednaldo Emílio Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.5632017116

CAPÍTULO 7	67
JORNALISMO E QUESTÃO RACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE (FALTA DE) REPRESENTATIVIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS	
Aline da Silva Novaes	
Marcos Vinícius Aragão Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.5632017117	
CAPÍTULO 8	77
“FÁTIMA DO PT”: RAREFAÇÃO DO SUJEITO E ANÁLISE DO DISCURSO DA COBERTURA DO BLOG DO BG SOBRE A GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA	
Daniel Dantas Lemos	
Lucas Oliveira de Medeiros	
Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros	
Maria Ylanna Pires Bezerra	
Rayane Fernandes da Silva	
Victória Zilmara Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5632017118	
CAPÍTULO 9	89
CARTOGRAFIA HISTORIOGRÁFICAS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E AS PRÁTICAS GUARANI	
Clovis Antonio Brighenti	
Rafael Fonseca Gomes Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.5632017119	
CAPÍTULO 10	103
DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Maylisson Rodrigo Fonseca	
Davi Winder Catelan	
Matheus Demambre Bacchi	
Priscila Akimi Hayashi	
Katy Maia	
DOI 10.22533/at.ed.56320171110	
CAPÍTULO 11	117
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIRIGIDA À MULHER: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA	
Mariana Ferrão Bittencourt	
Sílvia Moreira Trugilho	
DOI 10.22533/at.ed.56320171111	
CAPÍTULO 12	127
MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO HABEAS CORPUS 143.641	
Lorena Monteiro Silva	
Letícia Francielly Farias Ferreira	
Mayara Toledo da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.56320171112

CAPÍTULO 13..... 130

EXCLUSIÓN FINANCIERA, USO DE FUENTES NO FORMALES DE FINANCIAMIENTO E INFORMALIDAD EN LOS COMERCIANTES MAYORISTAS DE COLOMBIA. EL CASO DE CORABASTOS

Carlos Julio Moreno
Sindy Carolina Díaz Perdomo
Cristian Orlando Avila Quiñones

DOI 10.22533/at.ed.56320171113

CAPÍTULO 14..... 147

ILEGALIDADES NA TAXAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Silvana Potrich Cescon
João Porto Silvério Junior

DOI 10.22533/at.ed.56320171114

CAPÍTULO 15..... 153

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TESTE HOUSE-TREE-PERSON (HTP) NO PROCESSO SELETIVO DE UMA EMPRESA PETROLÍFERA

Letícia Martins Ribeiro Candido
Ana Karolina Sousa Leite
Verilânia Alves da Mata

DOI 10.22533/at.ed.56320171115

CAPÍTULO 16..... 171

COOPERATIVISMO: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Neiva Feuser Capponi
André Fernando Hein
Lígia Fiedler
Marines Luiza Guerra Dotto
Milena Bortoleti Ewerling

DOI 10.22533/at.ed.56320171116

CAPÍTULO 17..... 181

FEIRA DE NOVOS NEGÓCIOS: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE EM AÇÃO

Márcia Célia Galinski Kumschlies

DOI 10.22533/at.ed.56320171117

CAPÍTULO 18..... 191

PSYCHOLOGICAL SAFETY: DISCUSSIONS ON THE MEANING AND IMPLICATIONS IN ORGANIZATIONAL PRACTICES

Pérola Cavalcante Dourado
Adriana Souza D'Almeida

DOI 10.22533/at.ed.56320171118

CAPÍTULO 19.....	200
A IDEOLOGIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS Gisele Ferreira Kravicz DOI 10.22533/at.ed.56320171119	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	210

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIRIGIDA À MULHER: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 04/08/2020

Mariana Ferrão Bittencourt

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – Emescam
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6143969900712061>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8629-5115>

Silvia Moreira Trugilho

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – Emescam
Vitória – Espírito Santo.
<http://lattes.cnpq.br/2312551073489897>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6248-6056>

RESUMO: Este artigo discute a violência doméstica dirigida à mulher no momento atual da sociedade brasileira, considerando o fato do Brasil ocupar a quinta posição no mundo entre os países com maior risco de feminicídio. Entre as medidas que foram realizadas para reduzir esses níveis, destaca-se a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/15) e políticas de proteção e de atenção às mulheres vítimas de agressão. Esse trabalho consiste em um texto de abordagem teórica com aplicação de método bibliográfico que objetiva tratar a violência doméstica dirigida às mulheres sob uma reflexão da realidade brasileira. Verifica-se que o país possui índices elevados e crescentes de violência, que podem ser compreendidos a partir da análise histórica e

estrutural da sociedade, marcada pelo machismo e patriarcalismo. Para o enfrentamento desse contexto, fazem-se necessárias políticas públicas para diminuição das desigualdades sociais, em especial de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Poder, Violência, Relações Interpessoais, Políticas Públicas.

DOMESTIC VIOLENCE AIMED AT WOMEN: A REFLECTION FROM BRAZILIAN REALITY

ABSTRACT: This article discusses domestic violence directed at women at the present time in Brazilian society, considering the fact that Brazil occupies the fifth position in the world among the countries with the greatest risk of femicide. Among the measures that were taken to reduce these levels, the Maria da Penha Law (Law nº 11.340 / 06), the Femicide Law (Law nº 13.104 / 15) and protection and care policies for women victims of aggression stand out. This work consists of a text with a theoretical approach with the application of a bibliographic method that aims to treat domestic violence directed at women under a reflection of the Brazilian reality. It appears that the country has high and growing rates of violence, which can be understood from the historical and structural analysis of society, marked by machismo and patriarcalism. To face this context, public policies are necessary to reduce social inequalities, especially gender.

KEYWORDS: Power, Violence, Interpersonal Relations, Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um problema que assola a sociedade brasileira, com significativa incidência na vida das mulheres, consequência de uma herança de relação social de gênero. A história brasileira é marcada por uma visão machista. O patriarcalismo sempre esteve presente na sociedade, desde o período colonial, em que a mulher era responsável pelos cuidados da casa e pela educação de sua prole. Esta é uma visão que existe até hoje, mesmo depois das conquistas femininas do século XIX, que as inseriram no mercado de trabalho.

Segundo Pifani (2007), a violência contra a mulher apresenta estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Tais relações estão mediadas por uma ordem patriarcal proeminente na sociedade brasileira, a qual atribui aos homens o direito a dominar e controlar suas mulheres, podendo em certos casos, atingir os limites da violência. Embora as mulheres tenham alcançado direitos de igualdade com os homens, essa realidade ainda continua presente no cotidiano feminino associada ao patriarcalismo, ao machismo, às noções de masculinidade, virilidade e defesa da honra. Aludidos valores ainda estão muito impregnados culturalmente e contribuem para a ocorrência desse tipo de violência.

Dados contidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019) revelam que em 2018, 4.069 mulheres foram assassinadas no país. Dessas, 1.206 foram vítimas de feminicídio, ou seja, morte de mulheres em razão do gênero. Entretanto, o anuário expõe que ainda há muita subnotificação dos feminicídios, visto que as pesquisas demonstram que uma minoria ínfima de mulheres vítimas de violência doméstica acessa os órgãos de segurança pública. Além disso, o Atlas da Violência demonstra que houve aumento de homicídio de mulheres de 30,7% no período entre 2007 e 2017. Dito de outra forma, em média são 13 assassinatos de mulheres por dia em 2017 (CERQUEIRA et al., 2019).

Além disso, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2018), os tribunais de justiça de todo o país movimentaram 13.825 casos de feminicídio em 2017. Ressalta-se que esses índices envolvem apenas violência que acabou em morte, ou seja, o número de casos de violência à mulher é muito maior do que o mensurado. Quadra registrar nesse sentido, com base em dados publicados no site do Relógios da Violência do Instituto Maria da Penha (2020), a cada 2 segundos, uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil.

Em razão do alto índice de violência contra a mulher, muitas políticas públicas foram gradativamente tomadas para reduzi-lo. A primeira medida foi a reunião, em 1979, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que adotou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Posteriormente, em 1994, foi realizada a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, também chamada de Convenção de Belém do Pará (Decreto nº 1.973/96). Esta

conceituou a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Em 2006, foi criada no Brasil a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006), que define “toda violência doméstica como crime” e que deve ser apurada por inquérito policial e informada ao Ministério Público para atuar no caso. Para dar suporte a lei e julgar os crimes, foram criados os Juizados Especiais de Violência Contra a Mulher. Mais recentemente, em 2015, passou a vigorar a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015), que passou a prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o incluiu no rol de crimes hediondos.

Entretanto, mesmo com tais medidas, o problema da violência continua e em altos índices. Importante registrar que houve 49.607 homicídios de mulheres no Brasil no recorte entre 2007 e 2017. Com o sancionamento da lei 11.340/06, verificou-se que de uma taxa de crescimento de 2,5% de homicídios de mulheres por ano de 1980 a 2006 caiu para 1,7% por ano de 2006 a 2013. No entanto, percebe-se que o número continuou crescendo mesmo com o advento das novas leis. Em 2017 a taxa foi de 4,7, com aumento 5,4% do ano de 2016 e aumento de 20,7% comparado aos últimos dez anos (CERQUEIRA et al., 2019). Conforme Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), o Brasil ocupa o 5º lugar dos países que mais matam mulheres.

Conhecer e discutir os elevados índices de violência doméstica dirigida à mulher mostra-se relevante para a implantação de políticas públicas de proteção e atenção às mulheres vítimas de agressão por seus parceiros íntimos. Isso em razão de que a cultura machista ainda presente no Brasil, aliada a motivos como dependência econômica e emotiva, resulta na permanência de assimetria de poder entre homens e mulheres, causando exclusão das mulheres na sociedade, o que precisa ser combatida por meio de programas sociais que protejam as mulheres e contribuam para afirmação dos seus direitos e participação na sociedade.

Nesse contexto, o presente trabalho tem o objetivo de tratar a violência doméstica dirigida às mulheres sob uma reflexão da realidade brasileira. Para tanto, consiste em um texto de abordagem teórica com aplicação de método bibliográfico, feito a partir de busca na base de dados online Scielo, embasado nos descritores “poder”, “violência”, “relações interpessoais” e “políticas públicas”.

2 | TECENDO FIOS ENTRE A REALIDADE BRASILEIRA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

O Brasil possui índices elevados de violência, que é consequência de diferentes fatores ligados à sociedade, à cultura e à organização estrutural do Estado, o que resulta em muitos males sociais. Assim, faz-se necessário medidas que diminuam os níveis de violência, em especial políticas públicas para o grupo social diretamente atingido.

Cerqueira et al. (2018) refere a partir do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que, nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. A situação mais agravante está no Norte e Nordeste do Estado. Além disso, em cenário mundial, o continente americano é o que possui a maior taxa de homicídios, em especial a América do Sul. Com base em dados de óbitos causado por agressão mais intervenção legal da Organização Mundial da Saúde (OMS), a América ultrapassou a África a partir de 2007.

Ademais, lamentavelmente, o Brasil e a Colômbia têm a maior taxa da América do Sul de homicídios por 100.000 (cem mil) habitantes. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está em 14^a (décima quarta) posição, com taxa de 25,1, frente ao índice mundial de 8,2 em 2012. Mas, segundo a OMS, os dados são mais pessimistas para o Brasil, que está na quinta posição mundial, mantendo-se com taxa de 28,6 nos anos 2011-2013, frente a taxa mundial de 7,9 deste último ano e 8,4 nos dois anos anteriores. Registra-se também que o número de óbitos por ano aumentou no Brasil desde 2006 a 2016, antes de aproximadamente 50.000 subiu para mais de 60.000.

Incontestável que a violência brasileira atinge elevados índices e, pior, são crescentes. Isso revela uma naturalização do fenômeno, bem como a premência de ações compromissadas e efetivas por parte das autoridades nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal (CERQUEIRA et al., 2018).

A discussão da violência brasileira leva à análise histórica e estrutural do mundo, que verifica a inauguração da era moderna como momento transformador do Estado e da sociedade. O capitalismo ascende-se e se mantém, em especial com o fim da 2^a Guerra Mundial e consequente vantagem global dos Estados Unidos, bem como sua cultura, ideal individualista e política neoliberal.

No âmbito das relações internacionais, a hegemonia dos Estados Unidos alimentou o imperialismo americano e repercutiu na soberania dos países de política e economia mais frágeis. Isso foi favorecido também pelas inovações tecnológicas, que diminui o tempo e espaço, bem como facilitou a comunicação e, assim, permitiu a globalização. Qualquer nação que resiste aos ideais americanos sofre forte pressão, ameaça e até mesmo confronto bélico, o que produz efeitos deletérios nas funções dos Estados, como, por exemplo, na manutenção da ordem interna e no uso legítimo da força, como referem Gentili, Mongim e Gomes (2004).

Conforme os mesmos autores (2004), esses confrontos também estão ligados aos interesses das indústrias bélicas e demais setores da economia das quais o Estado americano podem obter ganhos. Quadra registrar que nesse campo os Estados Unidos desenvolveram uma agressiva política contra mecanismos protecionistas dos produtos alheios, frente a proteção dos seus.

A globalização gerou um novo mercado, que permitiu a comercialização com empresas transnacionais e novos atores internacionais não estatais, desde grandes

corporações transnacionais, grupos de pressão e de interesses internacionais, a partidos políticos, grupos ideológicos, sindicatos e religiões. No entanto, também surgem diferentes formas de organizações ilícitas, que vão das tradicionais “máfias” às recentes organizações de tráfico de droga, de armas e os novos mecanismos de “lavagem de dinheiro”. Importa registrar que essas atividades ilegais, como a logística de produção e a distribuição de drogas, mobilizam importante volume de capital, estabelecendo uma simbiose da “narcoc economia” (GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004).

Ações destinadas à legitimação do dinheiro obtido pelas operações ilegais nas chamadas “lavagem de dinheiro”, são muito difíceis de serem precisadas. Podem variar entre cifras de US\$ 1 trilhão, US\$ 1,5 trilhões a US\$ 2,85 trilhões em todo o mundo do crime organizado. Para outros analistas, a variação pode ser mais elástica. Poderia variar de 2% a 5% do PIB mundial (FREITAS JÚNIOR apud GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004, p. 47).

Além disso, a evolução do comércio de drogas demonstrou ter relação com as questões estruturais, como pobreza, determinantes populacionais e investimentos públicos, visto que sua expansão se encontra nos segmentos mais pobres da sociedade. Assim, enquanto os países ricos distribuem e consomem a droga, os pobres ou em desenvolvimento são os produtores. O Brasil enfrenta problemas nas duas pontas, devido sua acentuada desigualdade social (GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004).

Nesse sentido, as raízes da violência estão nas diversas desigualdades sociais, como de classe, etnia, religião e gênero. Assim, o mesmo princípio que direciona à produção de riqueza, integração social e cultural, também é gerador de diversidade, exclusão e desintegração.

A mesma lógica que leva à fabricação de riquezas, bens sociais, culturais e integração social, leva também à desigualdade, desintegração, diversidade, tensões e a exclusão. Cria a fruição e o desencanto. Comércio, indústria, serviços, transporte, lazer, festividade, beleza, conforto e qualidade de vida convivem com a exclusão, desigualdade, furto, roubo, seqüestro, estupro, tráfico de drogas, de órgão, assassinatos, terrorismo, etc. (GENTILLI; MONGIM; GOMES, 2004, p. 51).

A origem desse quadro verificasse na primeira onda industrializante no mundo, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII, na qual surge o fenômeno denominado “pauperismo”. As desigualdades sociais e a polarização entre ricos e pobres são antigas, todavia, nas sociedades precedentes à sociedade capitalista, a pobreza relacionava-se a um quadro de escassez, determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais. Por sua vez, atualmente, nesse novo contexto capitalista, está conectada a redução da situação de escassez, ou seja, a pobreza cresce na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2012).

Netto (2012) também afirma que nesse cenário surge a expressão “questão social” para designar os desdobramentos sócio-políticos do pauperismo. Ela expressa o

pensamento conservador referente a não conformação dos pauperizados com sua situação, o que resultou em protestos na primeira metade do século XIX, como o manifesto “luddista” e a constituição das “trade-unions”.

A manifestação da “questão social”, causada pela acentuada desigualdade econômica e social, pelo desemprego, fome, doenças, desproteção na velhice etc., passam a ser naturalizadas. A “questão social” é então vista como desdobramento natural na sociedade moderna e burguesa capaz de apenas amenizá-las através de um ideário reformista, que não problematiza estruturalmente a ordem econômico-social estabelecida – são “características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte ‘científico’)” (NETTO, 2012, p. 204).

De acordo com Gentili, Mongim e Gomes (2004), a desigualdade social influencia na interação social e no sentimento de utilidade frente a sociedade, o que também é relevante para a criminalidade. Isso também explica a disseminação da violência entre os jovens pobres e de baixa escolaridade, pois tem poucas condições de competirem no mercado de trabalho formal, acabam por recorrer a violência em troca da recompensa econômica e também político-social. Dessa forma, a violência acaba por gerar e ser alimentada por mais violência, seja pelos que já estão neste meio, seja pelo Estado na busca da solução.

Observa-se que os mesmos fundamentos são verificados com a violência doméstica dirigida à mulher, tanto sob o aspecto histórico quanto estrutural. Desde o início da história ocidental a mulher ocupa um status inferiorizado na hierarquia de poder na sociedade frente a posição privilegiada do homem. Assim, é explícita na sociedade as marcas do machismo e patriarcalismo. Este configura-se como forma de opressão e violência, bem como revela as assimetrias de poder existentes entre os sexos. A mulher sempre foi submissa, subjugada e, quando não, coisificada. Assim, ela é vista como a responsável pelas atividades domésticas, enquanto o homem sempre foi compreendido como o provedor econômico.

Nas sociedades ocidentais verifica-se historicamente a tendência de o homem ditar o que é ser mulher. Nesse sentido, Beauvoir (1990) afirma que o sexo feminino é marcado no interior do discurso masculino, este as determina e faz isso de modo que os enaltece. Essa identidade formada por fatores culturais é a origem da hierarquia injustificada de poder. Assim, Buglione (2000) diz que da inferioridade sexual e intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos decorre conseqüentemente uma definição de função e de papel - a mulher esposa, mãe e guardiã da casa. Percebe-se que a sociedade e a cultura machista limitam a mulher ao espaço privado e do lar, afastando-as da ciência e categorias superiores na hierarquia de poder.

A sociedade a faz acreditar que o espaço doméstico atribuído às mulheres deriva de suas aptidões naturais para serem mães. Como resultado, há a invisibilidade do trabalho doméstico e a desvalorização do indivíduo que o exerce (FLECK; BINARTE; MELLO, 2018).

Dessa forma, pela divisão sexual do trabalho, “definem-se o que é um homem ou uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 66). Logo, o trabalho feminino concentra-se no que é socialmente desvalorizado.

Essa desvalorização está presente tanto no trabalho que é exercido no lar, como no mercado de trabalho, desde quando se inseriram neste, no final do século XIX. Nesse momento, em sua maioria, as mulheres trabalhavam na manufatura e no setor terciário, que, tradicionalmente, eram menos bem pagas que os homens, além de ocupar funções subalternas (HOBSBAM, 1995). Observa-se que a diferença salarial entre os sexos se perpetua ainda hoje, o que se prova pelos dados divulgados pelo IBGE (2019) ao apontar que as mulheres recebem 20,5% menos que os homens no Brasil.

Em razão dessa cultura de dominação do sexo, é constante a violência moral, física, sexual e psicológica no ambiente familiar submetendo a mulher ao papel de vítima. Essa violência ocorre geralmente no sentido homem contra mulher, justamente pela relação historicamente desigual, além da fragilidade própria da mulher. Assim, o feminino encontra-se em um lugar definido de antemão como lugar de vulnerabilidade, sendo este um atributo da vítima desta violência doméstica (SARTI; BARBOSA; SUAREZ, 2005). Isso explica por que a violência de gênero é também chamada de violência contra a mulher, ou doméstica e sexual.

De acordo com dados do Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2019), do total de homicídios contra mulheres, 39,3% ocorrem dentro da residência, que indicam ser casos de feminicídios íntimos, decorrente da violência doméstica, não considerando aqui os óbitos em que o local do incidente era ignorado. Além disso, em 88,8% dos casos de feminicídio o autor era companheiro ou ex-companheiro da vítima (FBSP, 2019).

Importa dizer que a submissão feminina está presente também nas legislações brasileiras, o que demonstra sua característica estrutural. Para analisar os antecedentes até o surgimento da Lei Maria da Penha e da Lei de Feminicídio, aponta-se de início o Código Civil de 1916, que falava em pátrio poder e não em poder familiar, como passou a ser utilizado somente com a Constituição Federal de 1988. Pelo pátrio poder, a mulher deve obediência ao marido, quem pode lhe exigir e inclusive a castigar se desobedecido (FONSECA, 2010). Além disso, cumpre ressaltar que esse código é relativamente recente, pois somente em 2002 foi substituído pelo Código Civil atual.

Tempos depois, foi promulgada a lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, que surgiu para regulamentar a situação jurídica da mulher casada. Essa lei, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, retira a mulher da situação de parcialmente incapaz, atribuindo-lhe capacidade civil plena. No entanto, o marido ainda continuava com a chefia da sociedade conjugal.

Em seguida, surgiu a lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, conhecida como Lei do Divórcio, que propiciou a liberdade na dissolução do casamento. A partir desse momento, as

mulheres começaram a relatar as violências sofridas por seus ex companheiros, entretanto registra-se que nessa época ainda havia a tese de legítima defesa da honra, que gerava impunidade de muitos agressores.

No ano de 1985, surgiu a primeira delegacia da mulher voltada para violência doméstica, porém, ainda não havia previsão normativa para este crime no ordenamento brasileiro. Passou a estar previsto juridicamente tão somente na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Assim, a Constituição Federal passou a conter no artigo 226, §8º, o dever do Estado de assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Além disso, um fato relevante foi o recebimento de petição sobre o caso Maria da Penha Maia Fernandes - que posteriormente deu nome a Lei - pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1997. Em 1999, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher solicita à OEA que acolha as denúncias contra o Brasil. Em seguida, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA admoesta o governo brasileiro pela negligência e omissão, ou seja, o Brasil é repreendido internacionalmente.

Desde agosto de 2006, a supracitada violência é regulada pela Lei nº 11.340/06, também referenciada como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos que buscam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse diploma legal traz o conceito de violência doméstica, bem como esclarece e exemplifica alguns de seus tipos: deve causar lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto.

Em março de 2015 foi promulgada a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015), que altera o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990), para incluir o feminicídio no rol de crimes hediondos. A norma considera feminicídio quando o assassinato ocorre em razão da condição de sexo feminino quando em situação de violência doméstica e familiar ou de menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Ademais, antes da promulgação e vigência da Lei Maria da Penha, outras medidas políticas e instrumentos legislativos internacionais, já existiam para combater essa violência, em especial devido aos seus níveis sempre elevados. Algumas das providências foram as Convenções Interamericanas ratificadas pela República Federativa do Brasil, tais quais a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

No entanto, embora alguns avanços na intenção de coibir a violência dirigida à mulher, bem como a criação de mecanismos de proteção às vítimas, há um longo percurso para sua erradicação, pois ainda se verifica o alto índice de agressões às mulheres e de feminicídios, o que revela que a sociedade brasileira necessita mudar padrões e valores

que permeiam as relações de gênero. Essa temática revela ainda mais relevância no Brasil com a ascensão ao poder de um grupo social que cultua os valores do machismo e do ódio aos diferentes, exteriorizando o pensamento ainda de muitos entre a sociedade, o que representa um ingrediente a mais para o aumento da violência contra as mulheres.

3 | CONCLUSÃO

Após essas breves reflexões, verifica-se que a realidade brasileira é marcada por índices elevados e crescentes de violência, que pode ser compreendida a partir da análise histórica e estrutural da sociedade, que inclui a expansão dos valores americanos quanto ao capitalismo, individualismo e neoliberalismo e as diferentes desigualdades sociais. Assentada nesse contexto, a violência doméstica dirigida à mulher está enraizada na cultura machista e patriarcal brasileira, que confere à mulher uma posição inferior frente ao poder do homem. Observa-se, portanto, a diminuição da violência e dos males sociais causados por ela como um desafio para o governo e a sociedade civil, que não será alcançada se não houver políticas públicas para diminuição das desigualdades sociais, em especial de gênero, e medidas de proteção e atenção às mulheres.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF

_____. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Decreto-Lei nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Belém, PA.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do Direito Penal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 38, jan. 2000. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/946/a-mulher-enquanto-metaphora-do-direito-penal>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea/ FBSP, 2018.

_____. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: Ipea/ FBSP, 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. de M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília, 2018.

FLECK, C. F.; BIDARTE, M. V. D.; MELLO, E. M. B.. Para o lar: as mulheres que deixaram o mercado de trabalho para se dedicarem à casa e à família. **Gênero**. Niterói, v.19, n.1, p. 6-24. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31289>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FONSECA, Paula Schiavini da. **Histórico da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 20 nov. 2010. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29638&seo=1>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Ano 13, ISSN 1983-7364. 2019. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/12o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2017/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GENTILLI, R. de M. L.; MONGIM, A. B.; GOMES, A. Repercussões da Nova Ordem na Eclosão da Violência. **Emancipação**, 4(1), p. 35-59, 2004.

HOBSBAWM, E. J.. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Diferenças cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% a menos que homens. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em 28 abr. 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Relógio da Violência. 2020. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>. Acesso em: 17 abr 2020.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**. Vitória (ES), v. 4, n. 1, p. 202-222, 2012.

PIFANI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medida protetivas na contemporaneidade. **Histórica**, n. 21, mai. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2014.

SARTI, C.; BARBOSA, R.; SUAREZ, M. O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 107-126, 2005

WASELFISZ J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília (DF): FLACSO; 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 10 abr. 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43

Agronegócio 89, 98, 101, 147, 152

Análise do Discurso 77, 78, 79

Antipetismo 77, 85, 86

Áreas Centrais 29, 30, 33, 35, 43

Assessoria de Imprensa 45, 54, 56, 57, 83, 84

B

Bibliotecas 1, 2, 3, 4, 5

Blogs 77, 79

C

Caminhabilidade 29

Capitalismo 10, 120, 125, 126

Cárcere Feminino 127

Cartografia 89, 94, 99

Comunicação Pública 45, 47, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58

Constituição 8, 9, 12, 13, 16, 17, 23, 54, 56, 62, 122, 123, 124, 125, 148, 149, 151, 152, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 200, 205, 206

Cooperado 171, 175, 179

Cordialidade 59, 61, 63

Criatividade 181, 182, 183, 186, 189

D

Diferenças Salariais 103, 105, 107, 113, 116

Discriminação 68, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 159

Discurso Jornalístico 77

Dispositivos Móveis 1, 2, 4

E

Empreendedorismo 181, 182, 183, 184, 189, 190

Estados Nacionais 89, 92, 99, 102

Exclusión Financiera 130, 131, 133, 134, 144, 146

Experiência do Usuário 1

Exportação 71, 98, 147, 148, 149, 150, 151, 152

F

Fragmentação 59, 62, 63, 98

Fronteira 23, 89, 92, 94, 125

Fuentes no Formales de Financiamiento 130, 131, 134

G

Gestão Pública 18, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 209

Guarani 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102

H

Habeas corpus 127, 128, 129

I

Informalidad 130, 131, 134, 135, 144, 145

Inovação 5, 89, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190

Interatividade 1

J

Jornalismo 56, 58, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 87

Jornal Nacional 67, 68, 69, 73, 74

M

Mercado de Trabalho 25, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 115, 116, 118, 122, 123, 126

Mídia e Política 45, 46

Minorias 59, 63, 65, 68, 75

Mobilidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 89, 91, 93, 94, 102

Modelo Probit 130, 139

Modernização 7, 8, 9, 10, 11, 13, 61

N

Novos Negócios 181, 182, 183, 186, 187, 188

P

Patrimonialismo 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 61

Poder 11, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 75, 79, 86, 106, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 127, 148, 152, 172, 203

Políticas Públicas 7, 18, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 35, 46, 47, 49, 51, 103, 109, 115, 117, 118, 119, 125, 126, 209

Previdência Social 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Princípios do Cooperativismo 171, 172, 174, 178

Prisão Domiciliar 127, 128

Psychological Safety 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199

R

Racionamento de Crédito 130, 131, 132, 144

Racismo Estrutural 67, 69, 70, 73, 74, 75

Rarefação do Sujeito 77, 84, 87

Realidade Aumentada 1, 2, 3, 4, 5, 6

Redes Sociais 47, 48, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 82

Relações Interpessoais 53, 117, 119

Representatividade 67, 68, 69, 70, 73, 74, 106, 111

S

Sistema Único de Saúde 20, 27, 56

Socio-Emotional Learning 191

T

Tecnologia da Informação 1

Território 23, 29, 31, 32, 43, 62, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 102, 104

Tributação 147, 151

V

Violência 64, 70, 88, 102, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 170

Voice 191, 192, 196, 197, 198, 199

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 